



DA IMPORTÂNCIA À CONCRETIZAÇÃO DO PAPEL DO PODER PÚBLICO - O PROJETO ECOMATE NO MUNICÍPIO DE TURVO- PR

Letícia Koltum Grosse¹

Mario Zasso Marin²

RESUMO: Com a expansão do capitalismo, o campo também foi atingido e se transformou. Após a chegada do “pacote tecnológico norte-americano”, os pequenos agricultores que ficaram as margens desse processo deixaram suas propriedades ou aqueles que conseguiram, buscaram formas alternativas de se manter no campo. E neste contexto o poder público que tem como obrigação dar suporte para aqueles que sofrem com as lacunas da desigualdade, desenvolveu um papel fundamental, auxiliar de diferentes formas os pequenos produtores, de acordo com suas necessidades. Desta forma, o presente trabalho aborda o Projeto ECOMATE desenvolvido pela secretaria de agricultura e pecuária do município do Turvo- Paraná. Esse município possui estreita ligação com o campo até os dias atuais e com a produção de erva-mate desde a primeira Vila que se formou onde está localizado atualmente, sendo que nos dias atuais a atividade ervateira possui um importante papel para os produtores envolvidos, que são em sua grande maioria de porte pequeno, visto que 70,46% dos estabelecimentos agropecuários do Turvo são classificados como familiares (IBGE, 2017). O projeto ECOMATE tem como objetivo geral gerar renda (à longo prazo devido ao período de formação e desenvolvimento das ervaíras) dentro da propriedade em áreas que são consideradas “improdutivas” por não existir nenhuma cultura, como áreas de reserva legal.

Palavras-chave: Modernização do campo; Ações públicas; Erva-mate.

RESUMO: With the expansion of capitalism, the countryside was also affected and transformed. After the arrival of the “American technological package”, the small farmers who were on the edge of this process left their properties or those who acquired, searched for alternative ways to stay in the countryside. And in this context, the government, which has the commitment to assist those who suffer from the gaps of inequality, developed a fundamental role, helping small producers in different ways, according to their needs. Therefore, this work discusses the ECOMATE Project developed by the secretariat of agriculture and livestock of the municipality of Turvo-Paraná. This municipality has a close connection with the countryside to the current days and with the production of erva - mate since the first village that was formed where it is presently located and nowadays the erva activity plays an important role for the producers involved, who are mostly small, since 70.46% of the agricultural facility in Turvo is classified as family (IBGE, 2017). The ECOMATE project has the objective of generating income (in the long term due to the period of formation and development of the ervaíras) inside the property in areas that are considered “unproductive” because there is no plantation, such as legal reserve areas

Palavras-chave: Field modernization; Public actions; Erva-mate.

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte da pesquisa de mestrado que está em desenvolvimento, a qual é intitulada como “A dinâmica espacial da produção de erva-mate nos pequenos municípios do Paraná: o caso de Turvo-PR”, desenvolvida pela mestranda Letícia Koltum Grosse.

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO, leticia-grosse@hotmail.com;

² Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), mmarin@unicentro.br.



A expansão do capitalismo atingiu também o campo e transformou as formas de produção, relações de trabalho e organização do espaço. Os principais e mais afetados com todas as mudanças foram os pequenos agricultores, os quais precisaram se adaptar para resistir e permanecer em suas propriedades, quando possível. E nesse contexto o poder público através de suas diferentes ações tem um papel essencial para auxiliar os pequenos produtores.

Desta forma, este trabalho busca retomar e destacar a importância do poder público e suas políticas, o quão significativas são para os beneficiados. Partindo disso, utilizou-se do caso do Projeto ECOMATE, o qual é desenvolvido pela Secretaria da Agricultura do município de Turvo localizado no estado do Paraná.

O município em questão possui estreita relação com a erva-mate desde a primeira vila que se formou onde é localizado hoje o Turvo, sendo que parte significativa da população sempre esteve ligada a extração ervateira. As erva-mates dependem estreitamente das condições naturais (solo, clima e vegetação) para se desenvolver e produzir um produto de qualidade, e o município possui essas condições propícias, o que proporciona a existência de erva-mates nativos, além dos plantados e um produto de qualidade.

Com essas condições favoráveis e a forte cultura da atividade econômica do mate no município, a prefeitura buscou através do projeto incentivar a plantação da erva-mate em propriedades que ainda não utilizam a erva-mate. Os objetivos do projeto alcançam duas diferentes esferas, sendo elas econômica e ambiental, visto que grande parte das propriedades do município são de agricultores familiares e há um alto percentual de cobertura do território por floresta natural, sendo aproximadamente 9.934 ha dos estabelecimentos agropecuários são áreas de preservação permanente (IBGE, 2017).

É importante destacar que este trabalho faz parte da pesquisa de mestrado que está em desenvolvimento, a qual é intitulada (até então, pois pode ser alterada) como “A dinâmica espacial da produção de erva-mate nos pequenos municípios do Paraná: o caso de Turvo-PR”, desenvolvida pela mestranda Letícia Koltum Grosse.

APORTE TEÓRICO

MUDANÇAS NO CAMPO

A partir da década de 1960 a realidade do espaço rural brasileiro começou a se alterar. A partir do final da Segunda Guerra Mundial ocorre a dispersão do Modo de Produção



Capitalista e uma nova lógica é inserida no espaço rural, e neste período ocorreram diversas mudanças sociais, políticas, econômicas e ambientais.

A partir de então uma nova lógica é inserida no espaço rural. A terra passa a ter maior valor econômico e a modernização da agricultura se faz “necessária” para aumentar a produção. Esse processo substituiria a agricultura tradicional, baseada no uso dos recursos naturais de forma que conciliava a necessidade do agricultor com o tempo de reposição daqueles recursos, por uma agricultura moderna, baseada no uso de técnicas mais avançadas que alteraria a estrutura de produção, com o uso de implementos, insumos agrícolas e motomecanização (NEUMAN; FAJARDO; MARIN, 2017, p. 195).

Desta forma, na região Centro-Sul do Brasil, os grandes produtores e produtos destinados a exportação, sobretudo, passaram a adotar técnicas mais avançadas como insumos, máquinas e biotecnologias, fazendo com que a agricultura se modernize.

Assim, a agricultura moderna (ou modernizada) é a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, a nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processos de colheita mais sofisticados (MUNIS; ROSA, 2005, p. 9926)

Müller (1993, p. 13) por sua vez lembra que do ângulo “tecno-econômico”, a modernização consistiu na alteração da parte fixa de capital, ou seja, nos meios de produção como tratores, na parte circulante do capital constante (meios de custeio da produção, como adubos e defensivos).

Brum e Rosa (1988 apud MUNIS; ROSA, 2005, p. 9927) destaca que a modernização possui características gerais e comuns bem como características específicas, que são variáveis de acordo com as regiões e produtos atingidos. Para o autor entre as características comuns da modernização está a especialização, com tendência à fixação de monoculturas regionais; viabilização e consolidação da empresa rural capitalista, juntamente a desestabilização de pequenas propriedades rurais que utilizam a mão de obra familiar; concentração de terras através da aquisição de extensas áreas de terras; a supervalorização das terras; o uso intenso do fator capital (máquinas, implementos, etc.), de um lado, e de mão de obra barata e de trabalhadores temporários (“bóias-frias”), de outro; dependência acentuada em relação ao setor bancário (agricultura movida a crédito); preferência dos produtos agrícolas de exportação em detrimento das culturas destinadas ao consumo interno; e a expulsão de numerosos contingentes populacionais da zona rural para as cidades.



Essas mudanças fizeram parte do “pacote tecnológico norte-americano” conhecido também como Revolução Verde. A justificativa para esse pacote era de contribuir para o aumento da produção e consequentemente maior oferta de alimentos, no entanto as transformações foram muito além. A agricultura tradicional passou a ser subordinada ao novo modelo econômico e hoje o Brasil tem sua economia sustentada principalmente pela exportação de *commodities* agrícolas.

O aumento da produção e da produtividade prometido pela Revolução Verde, com o objetivo de combater a fome nos países pobres, era e ainda é usado como discurso, de que a solução para a falta de comida à mesa seria a modernização técnica da agricultura. Tal discurso é um tanto quanto contraditório, pois a modernização deixou os agricultores familiares à margem desse processo, o que levou, entre outros efeitos, ao crescimento do êxodo rural (NEUMAN; FAJARDO; MARIN, 2017, p. 195).

Consequentemente, como destaca Müller (1993, p. 13) as alterações que ocorreram foram além das técnicas e do valor dos capitais, pois alcançaram também mudanças nas relações entre grupos sociais e indivíduos. Wanderley (2000, p. 121), por exemplo, destaca que a própria profissão de agricultor foi afetada e sofreu uma profunda transformação após a modernização do campo. Esse novo contexto significou para os agricultores um dos maiores desafios segundo o autor, pois implicou na necessidade da reconstrução da identidade profissional.

Desta modernização do campo o Brasil herdou um grande número de agricultores familiares que ficaram à margem desse processo. Pois, a grande maioria, não detinha capital e terras para adquirir os pacotes tecnológicos. Parte significativa destes agricultores passou a vender suas propriedades para os detentores de grandes áreas, deixar o campo e ir para cidades.

Além disto, o aumento no número e utilização de maquinários como tratores, além de outros implementos e insumos agrícolas, eliminou muitos empregos no campo e consequentemente aumentou as migrações para as cidades. Houve nesse momento uma intensificação do êxodo rural (PRIORI *et al*, 2012, p. 123).

A tendência à generalização do modo moderno de produção, que impôs uma igualação das condições de produção, caracterizou a agricultura como uma atividade de crescimento-sem-emprego. Ou seja, os ganhos de produção e produtividade avançaram, destruindo postos de trabalho (MÜLLER, 1993, p. 14).

Sendo assim, a modernização alterou a estrutura fundiária do país, em especial devido a nova concentração de terras, êxodo rural, desemprego no campo e populações migrando



para cidade. Aqueles que permaneceram no campo buscaram diferentes formas de se adaptar para sobreviver em suas propriedades e assim resistir.

Nesse contexto, o Estado, que inicialmente também incentivou a modernização e só recentemente passou a desenvolver políticas e ações voltadas a ajudar na permanência dessa parte da população no campo, possui um papel fundamental.

ACÇÕES DO PODER PÚBLICO

SILVA e SILVA (2018, p. 262) destacam que “para a compreensão do conceito de políticas públicas, deve-se entender quais são os processos que levam a geração de desigualdades para a criação de demandas pelas mesmas” (vale destacar que o processo de interesse para esse trabalho foi abordado anteriormente). E nesse contexto o papel do Estado surge:

[...]como agente responsável pela formulação e implementação/execução das políticas públicas, aquelas pensadas ou formuladas como possíveis elementos de superação das desigualdades em suas infinitas nuances. O Estado passaria a assumir o papel não somente de regulador, mas de fomentador de políticas de igualdade ou equidades sócio econômica e espacial (NEGRI, 2008 apud SILVA; SILVA, 2018, p. 263).

Ou seja, o Estado deve produzir políticas que busquem preencher as lacunas geradas pelas desigualdades, de forma que busque sanar os problemas historicamente engendrados na sociedade brasileira (como os problemas gerados a partir da modernização do campo), proporcionando melhor qualidade de vida a população, independentemente de sua condição econômica (SILVA; SILVA, 2018, p. 263).

Mas nem sempre as ações do poder público dedicaram-se a superação das desigualdades do campo oriunda da modernização, como destaca Freitas, Freitas e Dias (2012) ao dizer que é relativamente recente a importância que o poder público passou a dar a aspectos humanos e sociais.

É notável esse fato nas políticas destinadas ao meio rural, sendo que por décadas as políticas foram voltadas apenas para a modernização de grandes produtores como Gonçalves Neto (1997) e Neuman, Fajardo e Marin (2017, p. 196) ao destacar que “o Estado objetivava a modernização da agricultura. Reproduzindo o capital no espaço rural, implantou políticas de ‘desenvolvimento’ que priorizaram o setor agrícola, a fim de aumentar a produtividade e a renda de alguns agricultores”.



Nesse sentido autores como Grisa e Schneider (2014) destacam que foram nas últimas três décadas (a partir da constituição de 1988) que novas relações entre Estado e sociedade foram estabelecidas, ocorrendo mudanças importantes no cenário político institucional e nas dinâmicas sociais, influenciando nos novos focos das ações.

Neste período recente que compreende as três últimas décadas, novas relações entre Estado e sociedade civil foram estabelecidas, espaços de participação social foram criados, novos atores políticos emergiram e foram reconhecidos como sujeitos de direito, criaram-se regras e instrumentos de política pública que foram institucionalizados, e novos referenciais globais e setoriais orientaram as ações do Estado e permitiram redefinir regras e compreensões que afetaram mais ou menos as condições socioeconômicas da população, especialmente a do meio rural (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 126).

Historicamente a agricultura familiar que mais sofreu com a modernização do campo esteve à mercê dessas políticas, sendo incluída nas políticas inicialmente através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995, que desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 126).

Existem diferentes formas do poder público agir para atender às necessidades da sociedade, pois o Estado precisa organizar seu trabalho de forma detalhada. Podemos destacar ações realizadas através de políticas, programas e projetos, que são um conjunto de atividades pensadas intencionalmente.

Isto é, visa-se alcançar resultados predeterminados a partir de sua implantação. Eles podem ser simples, com objetivos claros, factíveis de realização e ter resultados concretos e facilmente avaliáveis. Em outros casos, políticas, programas e projetos buscam diversos objetivos e destinam-se a viabilizar vários propósitos de intervenção. Seus objetivos são, conseqüentemente, ambíguos, contraditórios ou abstratos, e sua avaliação é impossível a partir de indicadores físico-financeiros simples (SILVA; COSTA, 2002, p. 15).

Dentre estas ações podemos destacar o programa (classificação no qual se encaixa o ECOMATE), o qual é definido pela Lei Nº 11.653, de 7 de abril de 2008, como um “instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de ações visando à concretização do objetivo nele estabelecido”.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TURVO



O município de Turvo está localizado no Centro-Sul do Paraná e se encontra a 45 km de Guarapuava. A área territorial do município é de 938,966 km² e conta com 13.811 habitantes (IBGE, 2010, Cidades, e a estimativa para 2021 é de 12.977 habitantes). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é 0,672 (IBGE, 2010), e o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 2,3 salários mínimos (IBGE, 2019). Sendo que, dos 6559 pessoas ocupadas no Turvo, 34,27% ou 2.248 pessoas trabalham na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca ou aquicultura (IPARDES, 2021).

O município se destaca dos outros municípios pela extensa área de floresta natural e diferentes áreas de preservação ambiental. Cerca de 19,06% (IBGE, 2017) do total da área dos estabelecimentos são matas ou florestas destinadas à preservação permanente ou reserva legal.

A ocupação do território que pertence ao atual município do Turvo não esteve ligada apenas a questões políticas e de poder, pois interesses econômicos também influenciaram nesse processo. O território do Turvo pertence a região ocupada através da frente denominada de “Paraná tradicional”, parcela esta do território paranaense que corresponde as primeiras áreas ocupadas, sendo o litoral e os Campos Gerais. Nessa frente pioneira as ocupações ocorreram a partir das atividades econômicas do ouro, tropeirismo, erva-mate e madeira.

A região de Guarapuava (município a quem pertencia o território de Turvo) estava na rota dos tropeiros e serviu como pouso para estes (PADIS, 1981), além disso grandes fazendas se formaram na região. No entanto, o que realmente intensificou a ocupação do território do Centro-Sul Paranaense foi a erva-mate, pois, a partir da decadência do tropeirismo e do crescimento da economia ervateira, diversos grupos adentraram na mata em busca do ouro verde da época.

O extrativismo marcou a economia da região e do município ao longo de sua formação. A dinâmica socioeconômica local baseou-se, principalmente, na exploração da madeira e erva-mate, predominando a agricultura de subsistência (NEUMANN, 2017, p. 79).

[...] datam do período entre 1848 e 1853 as primeiras informações sobre a coleta de erva-mate para exportação na região de Guarapuava. [...]. Grupos de tarefeiros realizam as atividades nos ervais. Nos Campos Erê, sudoeste do planalto de Guarapuava, encontravam-se em 1861, 120 homens “fazendo erva-mate com seu patrão e explorando ervais”. Pagos pela quantidade de mate colhido, os trabalhadores recebiam, antes das saídas para os ervais, uma onça de erva beneficiada para consumo próprio (LEITE, 2006, p. 443 apud GOMES, 2009, p. 137).

Devido as características de cobertura florestal da região, esta possui grande quantidade de ervais nativos integrados ao bioma da Araucária, entre os rios Piquirí, Ivaí,



Iguaçu e Uruguai (FAVARO, 2014, p. 23). Fato este confirmado pelos números do IBGE (2019) que destaca a extração de 4.410 toneladas de ervais nativos no ano de 2019, dado este que proporciona ao Turvo a 15ª colocação no *ranking* paranaense e 17º no brasileiro.

Além dos ervais nativos, as condições naturais do município propiciam a existência também de ervais plantados, sendo que no ano de 2019 o Turvo colheu 1.427 toneladas de erva-mate plantada. Sendo assim, o município teve a produção de mais de 7 mil toneladas de erva-mate em 2019 (IBGE, 2019).

O município segue a tendência (mas não regra) dos pequenos municípios de perder população e de possuir parte considerável de sua população na área rural. De acordo com o IBGE (2010) 8.763 habitantes ainda residem no campo (63,45% da população turvense), enquanto na área urbana moram 5.048 pessoas.

Do total de 1.219 estabelecimentos agropecuários, 859 são classificados como familiares, o que representa 70,46% dos estabelecimentos. Enquanto apenas 360 (29,54%) são não familiares. A concentração fundiária também está presente no município em questão, sendo que os produtores não familiares concentram 77,67% da área rural (IBGE, 2017).

A erva-mate está presente em um grande número de pequenas propriedades (fato observado em campo e através das entrevistas, visto que não existem dados oficiais) e essa produção envolve um grande número de pessoas que trabalham ao longo da cadeia produtiva, assim como em quatro ervateiras, sendo uma multinacional de origem estadunidense (Guayaki).

Os dados não são exatos, assim como não se sabe ao certo o número de pessoas envolvidas na cadeia produtiva da erva-mate no município, mas em uma das ervateiras os principais fornecedores da erva-mate para essa empresa são os indígenas da comunidade de Marrecas, além de quilombolas e pequenos produtores. Segundo um dos entrevistados haviam 70 produtores cadastrados (os quais possuem propriedades com a média de 15 hectares) e com parceria com a empresa, sendo esses 55 produtores do Turvo, além de 160 famílias da terra indígena que trabalhavam com a erva-mate orgânica para a empresa e 7 famílias quilombolas. Sendo esta uma outra característica do município, a erva-mate como fonte de renda para comunidades tradicionais como os quilombolas e indígenas.

Assim, a erva-mate faz parte de três eixos/ culturas que são tradicionais e existem há anos no município, além da produção de leite e hortaliças.

METODOLOGIA



De acordo com os objetivos do presente trabalho, este é de viés qualitativo, pois esses estudos, como Richardson (1999, p. 80) aponta, podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

É, portanto, a pesquisa qualitativa uma metodologia adequada que busca compreender fenômenos sociais e suas naturezas. Sendo assim, a pesquisa ocorreu inicialmente através da pesquisa bibliográfica em artigos, livros, teses, entre outros, para dar o embasamento necessário.

Posteriormente foram desenvolvidos trabalhos de campo no município de Turvo, onde realizaram-se entrevistas com o secretário da agricultura, o engenheiro agrônomo da prefeitura, duas ervateiras e dois produtores de erva-mate. Optou-se pelas entrevistas pois como explica Richardson (1999, p. 207), “[...] é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A a uma pessoa B”.

As entrevistas foram semiestruturadas para que as informações necessárias fossem coletadas, mas que fosse possível dar abertura para novos questionamentos e assuntos, de forma a agregar na pesquisa.

A seleção dos entrevistados ocorreu através da amostragem intencional, a qual permitiu que fossem escolhidos os entrevistados que pudessem agregar na pesquisa de forma mais objetiva e significativa.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

O programa ECOMATE (Figura 1) está em desenvolvimento no município desde 2018 (ano em que ocorreu desde a elaboração até a implantação das mudas no campo). Criado por toda equipe da secretaria de agricultura do Turvo, o programa tem como objetivo geral gerar renda (à longo prazo devido ao período de formação e desenvolvimento das erva-mates, em média é a partir de 5 anos após plantadas que começam dar lucro efetivamente) dentro da propriedade em áreas que são consideradas “improdutivas” por não existir nenhuma cultura, como áreas de reserva legal.



Figura 1: Logo do Projeto ECOMATE



Fonte: Prefeitura de Turvo-PR, 2018.

A partir da seleção dos produtores que se inscrevem e encaixam no programa, é realizada a doação de mudas para estes, que precisam seguir os cuidados determinados pelo ECOMATE, o qual ainda auxilia o produtor com a orientação técnica para o plantio, condução (tratos culturais) e colheita da erva-mate no processo de adensamento em áreas de preservação proporcionando renda e sustentabilidade.

O programa está desenvolvendo parceria com o IAT (Instituto Água e Terra do Paraná), o qual possui mudas para doação e procura destinação adequada para estas, visto que em muitos casos acontece as doações, mas não há os cuidados necessários, ou ainda há casos em que não ocorrem nem o plantio. O ECOMATE tem os dados de produtores atendidos definido pelo número de áreas, sendo um total de 10 áreas já implantadas e 13 áreas para implantação.

O projeto abordado reafirma a importância de programas que buscam apoiar a permanência dos agricultores no campo, produzindo com sustentabilidade em suas atividades agropecuárias. A erva-mate, que é um cultivo permanente e se desenvolve a longo prazo (as primeiras podas acontecem após 3 anos do plantio, mas ainda com baixa produção), se mostra como uma ótima possibilidade de fonte de renda adicional para população do campo, em especial para os agricultores familiares que são a grande maioria no município, auxiliando assim no desenvolvimento e melhoria nas condições de vida.

A erva-mate produzida através desse programa é a sombreada, devido ao fato da utilização das matas, o que faz com que se tenha um melhor produto e alcance maior valor, trazendo um retorno maior para os produtores. Esse aumento na fonte de renda dos produtores



facilita sua permanência em suas propriedades e melhora a condição de vida, tornando o campo mais atraente para futuras gerações também e possivelmente reduzindo o êxodo rural.

Os agricultores familiares, sobretudo os que possuem menores quantidades de terra, necessitam buscar alternativas para sobrevivência e desenvolvimento, e as oportunidades econômicas existentes no campo devem ser necessariamente explorada, entrando desta forma, a importância das ações do poder público e do projeto aqui descrito. Visto que, muitos produtores necessitam do apoio, seja técnico ou financeiro.

O programa desenvolvido vai ao encontro com o que muitos autores destacam da necessidade de políticas que favoreçam a preservação do meio ambiente no campo. Uma vez que o programa também visa buscar a preservação das áreas de mata das propriedades rurais.

Desta forma, o Estado não deve ser apenas um regulador, mas também um instrumento que possa ser utilizado pelos diferentes grupos da sociedade, em especial pelos que mais necessitam de apoio e políticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011. Brasília, Casa Civil, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111653.htm Acesso em: 25 jun. 2021.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1575-1597, nov./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/9ssfWPvnMNjMdljzPkV5Q6f/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 25 jun. 2021.

GONÇALVEZ NETO, W. A questão agrária brasileira: vinte anos de debate (1960:1980). In: GONÇALVEZ NETO, W. **Estado e Agricultura no BR: Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-80**. São Paulo, Hucitec, 1997. p. 51-113.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, p. 125-146, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WdsndRqMPtmf/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 25 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE Cidades. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/turvo/panorama>. Acesso em: 25 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>. Acesso em: 25 jun. 2021.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo agropecuário 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 25 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção Agrícola Municipal 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 25 jun. 2021.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Caderno estatístico município de Turvo. Curitiba, 2021. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85150&btOk=ok>. Acesso em: 06 maio 2021.

MÜLLER, G. Brasil Agrário: heranças e tendências. **São Paulo em Perspectiva**, v. 7, n. 3, p. 11-20, 1993. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v07n03/v07n03_02.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

MUNIZ, H. M. C.; ROSA, M. D. Desdobramentos da modernização da agricultura no estado do Paraná (Brasil). *In: Encontro de Geógrafos da América Latina*, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005. p. 9925-9938. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/31.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

NEUMAN, E.; FAJARDO, S.; MARIN, M. Z. As transformações recentes no espaço rural brasileiro: análises do papel do estado nas políticas de desenvolvimento rural das décadas de 1970 a 1990. **O Espaço Geográfico em análise**, v. 40, p. 191-208, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/46300>. Acesso em: 25 jun. 2021.

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX. *In: PRIORI, A., et al. A modernização do campo e o êxodo rural*. Maringá: Eduem, 2012. p. 115-127. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-10.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 334.

SILVA, G. P. da; SILVA, M. da. Políticas Públicas, justiça espacial e o programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em Guarapuava. Paraná, Brasil. *Revista Cerrados, Montes Claros*, v. 16, n. 2, p. 259-275, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/5769/576961000014/576961000014.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SILVA, P. L. B.; COSTA, N. do R. **A Avaliação de programas públicos : reflexões sobre a experiência brasileira**. Brasília: Ipea, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 2, n. 15, p. 87-145, 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178>. Acesso em: 24 jun. 2021.